



## O TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO E A CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS NO MUNICÍPIO DE CERRO LARGO: CAMINHOS E DESAFIOS

Carla Polanczky<sup>1</sup>

Simoni Leske<sup>2</sup>

Serli Genz Bölter<sup>3</sup>

Este trabalho objetiva examinar algumas dificuldades decorrentes do processo de expansão da educação superior brasileira com a instalação do *Campus* de Cerro Largo, da Universidade Federal da Fronteira Sul, na região missioneira do Rio Grande do Sul. O acesso e a permanência dos estudantes nas Instituições de Ensino Superior envolvem inúmeros desafios tanto em relação às condições socioeconômicas, instalação das Instituições, quanto ao acesso e infraestrutura dos transportes de universitários até o local de estudo. O trabalho analisou as formas de organização e a mobilização dos estudantes universitários na defesa do transporte público. Entre os mecanismos de defesa pelo direito de transporte público e de qualidade foram identificados: passeatas, protestos em frente às Câmaras de Vereadores, denúncias nos meios de comunicação e ações judiciais. A defesa desse direito é fundamental para assegurar a permanência dos jovens nas Instituições de Ensino Superior. Para a consolidação da cidadania, especialmente em relação a esse direito, é imprescindível que os estudantes universitários mantenham-se organizados, pleiteando tanto a regulamentação do direito quanto a garantia de sua oferta com qualidade, pois ainda são muitos os problemas vivenciados pelos estudantes cerro-larguenses acerca das condições dos direitos referentes ao transporte público para o *Campus* Universitário Cerro Largo. Diversas dificuldades são, então, evidenciadas: número de pessoas transportadas que extrapola o limite de passageiros; inexistência de assentos especiais para pessoas com deficiências físicas; número reduzido de ônibus ou micro-ônibus cedidos pela Prefeitura. Ressalva-se que essa preocupação se fundamenta na legislação brasileira do direito ao transporte público e de qualidade a todos os estudantes, e que em sua grande maioria não os tem assegurados pela falta de incentivo e de conhecimento legal sobre tais direitos. Acredita-se que a cidadania não se baseia apenas na reivindicação dos direitos, mas especialmente na permanente busca de efetivá-los. Com o decorrer dos anos, os meios de acesso às Instituições de Ensino, tanto municipais, estaduais, particulares quanto às públicas, vêm alcançando novos patamares, uma vez que a precariedade das escolas, a falta de merenda escolar, a

<sup>1</sup>Acadêmica de Física- Licenciatura, Campus Cerro Largo, UFFS, Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIC/CNPq). Edital 134/UFFS/2014; carlapolanczky@gmail.com

<sup>2</sup>Acadêmica de Física – Licenciatura, Universidade Federal da Fronteira Sul, Bolsista de Extensão pelo PROEXT; simonileske@yahoo.com.br

<sup>3</sup>Doutora em Sociologia pela UFRGS, Professora da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Cerro Largo, E-mail: serli.bolter@uffs.edu.br

não existência de transportes públicos, de materiais escolares passaram a ser reivindicações da sociedade como um todo, garantindo melhorias nos direitos anteriormente referidos. Como educadores em Física, acredita-se que o conhecimento das leis possa auxiliar na formação de estudantes que reivindicam seus direitos, especialmente se a ação docente permitir a reflexão sobre a importância da participação na luta por direitos. Direitos esses garantidos na Constituição Federal e assegurados a todos cidadãos, sendo o principal deles a convivência em um ambiente igualitário no qual prevalece a cidadania.

**Palavras- chave:** Transporte público universitário. Direitos humanos. Formação Acadêmica. Ensino de Física.